



PODER LEGISLATIVO
CÂMARA MUNICIPAL DE PORTO VELHO
GABINETE DO VEREADOR PEDRO GEOVAR



PROJETO DE LEI Nº ____ / 2025

CÂMARA MUNICIPAL DE PORTO VELHO

PROTOCOLO

Gerência das Comissões
Projeto de Lei Ordinária nº 4824/2025

DATA: 28/05/2025

HORA: 09h:58min

"Dispõe sobre a proibição da veiculação de publicidade de jogos de azar, cassinos online e plataformas congêneres no âmbito do Município de Porto Velho, e dá outras providências."

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO, usando da atribuição que lhe confere o IV do artigo 87 da Lei Orgânica Municipal de Porto Velho.

FAÇO SABER QUE A CÂMARA MUNICIPAL DE PORTO VELHO aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica proibida, no âmbito do Município de Porto Velho, a veiculação, publicidade, propaganda, promoção, patrocínio ou qualquer outra forma de comunicação comercial, realizada por qualquer meio, de:

- I – Plataformas digitais que operem jogos de azar, cassinos online, bingos virtuais, jogos de fortuna ou quaisquer jogos eletrônicos baseados exclusivamente na sorte;
- II – Aplicativos, softwares, sites ou qualquer ferramenta tecnológica que promova jogos de azar não autorizados por legislação federal.

Art. 2º A vedação prevista nesta Lei aplica-se a qualquer forma de publicidade veiculada nos seguintes meios, quando operados ou mantidos por pessoas físicas ou jurídicas com sede, domicílio ou atuação no Município de Porto Velho:

- I – Outdoors, cartazes, faixas, banners, placas, painéis eletrônicos e



PODER LEGISLATIVO
CÂMARA MUNICIPAL DE PORTO VELHO
GABINETE DO VEREADOR PEDRO GEOVAR



quaisquer outros meios de publicidade exterior;

II – Veículos de comunicação locais, incluindo rádio, televisão, jornais, revistas, portais de internet, blogs, aplicativos e mídias sociais vinculados ao município;

III – Eventos esportivos, culturais, sociais ou recreativos realizados no território municipal;

IV – Estabelecimentos comerciais, bares, restaurantes, casas de shows, academias, salões de beleza, centros comerciais e similares;

V – Perfis, canais e páginas de redes sociais de influenciadores, produtores de conteúdo, empresas ou qualquer pessoa física com sede ou domicílio no município.

Art. 3º Não se aplica a vedação prevista nesta Lei:

I – À publicidade de loterias autorizadas pela União ou pelo Estado;

II – À publicidade de apostas esportivas regulamentadas por legislação federal vigente, desde que observados os requisitos legais e de autorização específica.

Art. 4º O descumprimento desta Lei acarretará, cumulativamente ou não, as seguintes sanções:

I – Advertência escrita, na primeira infração;

II – Multa pecuniária, no valor de:

- R\$ 2.000,00 (dois mil reais) para pessoas físicas;
- R\$ 5.000,00 (cinco mil reais) para micro e pequenas empresas;
- R\$ 20.000,00 (vinte mil reais) para médias e grandes empresas;

III – Suspensão temporária do Alvará de Funcionamento, em caso de reincidência após aplicação da multa;

IV – Cassação do Alvará de Funcionamento, em caso de reincidência persistente e não atendimento às notificações administrativas.



PODER LEGISLATIVO
CÂMARA MUNICIPAL DE PORTO VELHO
GABINETE DO VEREADOR PEDRO GEOVAR



§1º. O valor da multa poderá ser atualizado anualmente, com base no índice oficial adotado pela administração pública municipal.

§2º. A aplicação das sanções previstas neste artigo não exime o infrator de responder civil e penalmente, conforme a legislação vigente.

Art. 5º A fiscalização do cumprimento desta Lei será realizada pelos órgãos municipais competentes, nos termos da legislação vigente, não acarretando a criação de novos cargos, funções, despesas adicionais ou estruturas administrativas, sendo exercida com os recursos humanos, materiais e logísticos já existentes na administração municipal.

Art. 6º Os valores arrecadados com a aplicação das multas decorrentes desta Lei serão destinados a:

- I – Programas municipais de educação financeira;
- II – Ações de prevenção, conscientização e combate à ludopatia;
- III – Campanhas públicas de proteção do consumidor.

Art. 7º O Poder Executivo regulamentará, no que couber, os procedimentos necessários para a execução desta Lei.

Art. 8º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Porto Velho, 15 de maio de 2025.

(assinado eletronicamente)
PEDRO GEOVAR RIBEIRO JÚNIOR
Vereador da Câmara Municipal de Porto Velho
Partido Progressista



PODER LEGISLATIVO
CÂMARA MUNICIPAL DE PORTO VELHO
GABINETE DO VEREADOR PEDRO GEOVAR



JUSTIFICATIVA

A presente proposta legislativa encontra seu fundamento na competência constitucional do Município para legislar sobre assuntos de interesse local, conforme dispõe o artigo 30 da Constituição Federal. Embora a regulamentação do funcionamento dos jogos de azar seja competência privativa da União, o Município detém a prerrogativa de adotar medidas que visem proteger a saúde pública, a segurança e o bem-estar da população local, especialmente quando se trata de restringir a propaganda que possa estimular práticas lesivas à comunidade.

A Constituição Federal, em seu artigo 196, estabelece que a saúde é direito de todos e dever do Estado, cabendo a este a adoção de políticas públicas que reduzam riscos à saúde e a outros agravos. Os jogos de azar e apostas, particularmente na modalidade online, têm se revelado uma fonte crescente de problemas sociais e de saúde pública, como o vício, transtornos psicológicos e o endividamento familiar, fatores que impactam negativamente a qualidade de vida da população local.

Além disso, o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078/1990) prevê a proteção contra práticas abusivas e propaganda enganosa, sendo notório que a publicidade relacionada a cassinos online frequentemente utiliza promessas irreais e enganosas de ganhos fáceis, configurando-se como prática abusiva que deve ser combatida para resguardar os direitos do consumidor.

O Município, portanto, ao proibir a veiculação de propaganda de cassinos online e jogos de azar em seu território, atua dentro de sua esfera de competência para proteger a ordem econômica e social local, preservando a dignidade da pessoa humana e a função social da publicidade. Tal medida não interfere na competência da União para disciplinar a atividade dos jogos, mas se limita a regular a publicidade em âmbito municipal, com



PODER LEGISLATIVO
CÂMARA MUNICIPAL DE PORTO VELHO
GABINETE DO VEREADOR PEDRO GEOVAR



vistas a prevenir os danos sociais decorrentes do incentivo ao jogo compulsivo e suas consequências danosas.

Assim, esta proposta constitui medida legítima, necessária e constitucional, que busca resguardar a saúde, a segurança e o interesse da população do Município, alinhando-se aos princípios constitucionais da proteção do consumidor, da saúde pública e do interesse local.

Porto Velho, 15 de maio de 2025.

(assinado eletronicamente)
PEDRO GEOVAR RIBEIRO JÚNIOR
Vereador da Câmara Municipal de Porto Velho
Partido Progressista



Assinado por **Pedro Geovar Ribeiro Júnior** - VEREADOR - Em: 27/05/2025, 10:54:38